

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012057-96.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **ALEX DE SOUZA SANTANA**
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

ALEX DE SOUZA SANTANA ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face de **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, ambas nos autos devidamente qualificadas.

Alegou, em síntese, que em 27/06/2014 sofreu acidente de trânsito e, consoante relatório médico, teve sequelas graves. Pediu a procedência da presente ação com a condenação da requerida ao pagamento de R\$ 13.500,00.

A inicial veio instruída com os documentos.

A fls. 45 e ss a requerida apresentou contestação pleiteando a substituição do polo passivo. No mérito, asseverou que não há qualquer incapacidade e que em caso de procedência deve ser realizada perícia médica para aferir eventual grau incapacidade.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sobreveio réplica às fls. 67/73.

A substituição do polo passiva foi indeferida pela decisão de fls. 74/75.

A perícia médica restou prejudicada ante a ausência do autor (a respeito confira-se ofício encaminhado pelo IMESC a fls. 88), que foi intimado especificamente a se manifestar nos autos e permaneceu inerte (cf. fls. 92).

Este, na síntese do que tenho como necessário, **É O RELATÓRIO.**

DECIDO.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 27/06/2014.

Disso nos dá conta o BO que segue a fls. 13 e ss.

Via da presente busca o pagamento dos R\$ 13.500,00 previstos no art. 3º, inciso II da Lei 11.482/07.

Não há nos autos documento indicativo do déficit permanente e pior, seu grau.

O autor deixou de comparecer à perícia médica designada justamente para aferir essas questões (a respeito confira-se fls. 88) evidentemente no seu interesse. E não justificou a ausência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nessa linha de pensamento não há como proclamar qualquer pagamento a ser feito pela requerida.

Assim, nada mais resta a ser deliberado.

Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE** a súplica inicial e condeno o autor nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00, devendo ser observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 98, do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 07 de dezembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**